



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
Secretaria de Mudança do Clima
Departamento de Políticas para Adaptação e Resiliência à Mudança do Clima

ATA DE REUNIÃO

ATA DA REUNIÃO DO GRUPO TEMPORÁRIO DE TRABALHO DE ADAPTAÇÃO Nº
06/2024

Data: 20 de setembro de 2024.

Horário: 09:00 às 12:00 horas.

Local: Reunião Virtual no Aplicativo Teams

Participantes:

Nesta reunião, os órgãos que integram a GTT Adaptação foram representados pelos seguintes servidores: Adayse Bossolani da Guarda (MPA Pesca e Aquicultura); Adrana Panhol Bayma (MMA Biodiversidade); Alex Bernal (MMA); Alice de Almeida V. de Carvalho (MCidades Gestão de R. e D.); Allan Razera (MDA - Agri. Fam.); Ana Carolina Câmara (GIZ); Ana Paula Leite Prates (MMA Oceano e ZC); André Carlos Schiessl (MMA PCTs); Bárbara Gama Dias Reis Silva (MIR); Bruna Veríssimo Lima Santos (MRE); Carla de Paiva Bezerra (Presidência); Carolina Fávero de Souza (MTurismo); Edson Teixeira Viana Barros (MTurismo); Fabiola Rocha Caires (MPO); Fernanda Leite (GIZ); Geisiane do N. Basso (MDIC Indústria); Hian Porto Sales (GIZ); Inamara Santos Mélo (MMA); Isabela Mirna Marques Lourenço (MMA); Juliana Sobrinho dos Santos (MIDR); Jussara de Lima Carvalho (FBMC); Lucas Guimarães Grisolia (MPI); Luciana Mara Alves (GIZ); Maria Carolina Chalegre Touceira (MMA); Maria do Socorro Lima Castello branco (CNI); Maria Jocileide de Aguiar (MMulheres); Mariana Paz (MCTI); Martinez Eymael Garcia Scherer (MMA Oceano e Z.C.); Mauricio Polidoro (MPI); Nadinne Oliveira de Matos Souza (MMA/Biodiversidade); Natalia Dalessandro (MCTI); Sérgio Ayrimoraes (MME Energia) ; Suely Araújo (Observatório do Clima); Suiá Kafure da Rocha (MAPA); Talime Teleska (rep. Juliana Moretti /MIDR I.R.); Teodoro Thielen (GIZ); Wdson Lyncon Correia de Oliveira (MIR).

TÓPICOS DA REUNIÃO

AGENDA DO DIA

1. Abertura
2. Repactuação do cronograma para finalização da Estratégia Nacional
3. Contribuições recebidas para a Estratégia Nacional
4. Apresentação e debate da Estratégia Nacional
5. Encaminhamentos

Pedi-se permissão aos presentes para que a reunião fosse gravada. Como não houve manifestações contrárias, iniciou-se a gravação.

PAUTA Nº 1 – ABERTURA.

A Coordenação informa sobre a agenda do dia repassando pelos pontos das pautas.

PAUTA Nº 2 – REPACTUAÇÃO DO CRONOGRAMA.

A Coordenação informa que o cronograma original foi alterado devido ao adiamento da reunião do SUBEX, que agora ocorrerá em outubro.

Foi decidido que haverá uma nova reunião do GTT na próxima sexta-feira (27/09) para consolidar o texto da estratégia nacional, aproveitando a folga no cronograma devido ao adiamento da reunião do SUBEX.

PAUTA Nº 3 – CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS PARA A ESTRATÉGIA NACIONAL.

A Coordenação informa que foram recebidas 115 contribuições da Casa Civil, da equipe do plano de oceano e zona costeira, biodiversidade, igualdade racial, o Fórum Brasileiro de Mudança do Clima, também o Ministério de Minas e Energia e gestão de riscos e desastres.

Incluindo 18 propostas de revisão textual, que foram acatadas, 4 para esclarecimento de fontes de referência, que também foram acatadas.

87 comentários sobre o conteúdo, alguns com proposta de redação e outros sem proposta serão discutidos com os setores, que serão revisitados com os setores de interesse.

Houve uma preocupação expressa pela Coordenação sobre a dificuldade de sistematizar as propostas recebidas, especialmente porque muitas foram enviadas no último momento, o que complicou a inclusão de redações propostas. Os próximos passos incluem um debate sobre as propostas relevantes recebidas, com a equipe de sistematização buscando trazer elementos para a discussão.

A Coordenação sugere a realização de reuniões subsequentes para discutir e esclarecer pontos divergentes sobre a Estratégia Nacional, além de solicitar sugestões de texto para avançar no processo.

Foi acordado que a equipe de sistematização irá incorporar os comentários consensuais na minuta da Estratégia Nacional, e que a deliberação não pode ocorrer sem uma proposta concreta.

Para isso, pactuou-se com os planos setoriais/temáticos que estivessem presente os pontos focais (Titular e/ou Suplente) para que havendo algum tipo de votação, conseguíssemos garantir a pontuação.

PAUTA N° 4 – APRESENTAÇÃO E DEBATE DA ESTRATÉGIA NACIONAL.

A Coordenação compartilhou um copilado das contribuições para a E.N. via Excel.

Impacto das Mudanças Climáticas nos Recifes de Coral no Brasil

Os recifes de coral no Brasil estão enfrentando ameaças antropogênicas e mudanças climáticas, com o IPCC apontando-os como os primeiros ecossistemas a serem extintos funcionalmente. A alta mortalidade nos recifes devido ao aumento da temperatura das águas é uma preocupação significativa.

Por essa razão surge uma proposta de Mapas do Brasil com Foco no Oceano e Zona Costeira a ser colocado na ENA

A equipe discutiu a necessidade de consultar o IMP para verificar a possibilidade de incluir uma camada ilustrativa do oceano e da zona costeira nos mapas, além de considerar as mudanças observadas em variáveis oceânicas.

Representação do Oceano nos Mapas

Os participantes expressam preocupação sobre a ausência do oceano nas representações gráficas, destacando que isso deixa uma parte significativa do Brasil de fora das representações, o que é problemático considerando o papel do oceano na regulação climática.

Proposta de Fortalecimento do Oceano como Regulador Climático

Foi acordado que a equipe de Oceano e Zona Costeira será envolvida na construção de um mapa que ilustre as vulnerabilidades relacionadas ao oceano e à zona costeira, com a ajuda de Inamara.

A equipe deve trabalhar na construção da ilustração do mapa do Brasil com as vulnerabilidades relacionadas ao oceano e zona costeira, utilizando dados disponíveis no IBGE.

Impactos da Geração de Energia

Foi levantada a preocupação sobre a desconexão entre as informações apresentadas e o tópico de geração de energia, indicando que o texto carece de maior clareza e fluidez.

Foi acordado que as informações complementares sugeridas seriam avaliadas e incorporadas ao relatório, com a necessidade de tempo para consolidar essas informações.

Destaque para a Zona Costeira

Foi expressa a preocupação sobre a clareza do comentário referente ao destaque da zona costeira, pois não ficou claro qual tipo de destaque era proposto.

Tendências sobre a Mudança do Clima no Brasil

A equipe expressou preocupação sobre a possibilidade de incluir um destaque solicitado pelo setor de oceano e zona costeira, indicando que a verificação da viabilidade dessa inclusão é necessária.

Foi proposto que a equipe verifique se é possível incluir o destaque solicitado, indicando que essa verificação será um próximo passo a ser tomado.

Projeções para a Mudança do Clima

Foi mencionado que as projeções incluem a temperatura da superfície do mar, nível médio do mar, ondas de calor marinho e acidificação do oceano, que são fatores relevantes para a mudança climática.

Houve uma preocupação levantada sobre a possível falta de consideração da interferência da mudança climática nas regiões do Centro-Oeste, sugerindo que a análise deve ser mais abrangente.

Inter-relações entre indicadores de ameaças climáticas

Os participantes expressam preocupação sobre a falta de correlação entre os indicadores de ameaças climáticas e como isso pode impactar a compreensão das tendências em diferentes regiões do Brasil.

Foi mencionado que o quadro número 3 informa sobre as fontes de dados e referências consideradas para avaliar as tendências observadas e futuras para cada ameaça climática, o que é crucial para a confiabilidade das informações apresentadas.

Discussão sobre a equipe de Oceano e Zona Costeira

Foi decidido que a equipe de Oceano e Zona Costeira deve revisar as fontes e referências relacionadas ao impacto das mudanças climáticas e ao aumento do nível do mar, com a intenção de destacar esses pontos no conteúdo.

Foi sugerido que a equipe faça uma conversa mais específica sobre os pontos discutidos e que as referências mais utilizadas sejam enviadas para avaliação.

Foi levantada a preocupação sobre a necessidade de destacar a zona costeira, que sofrerá com o aumento do nível do mar, e a importância de incluir isso na estratégia de adaptação.

Racismo Ambiental e Vulnerabilidade Social

A equipe expressou preocupação com a necessidade de uma abordagem racializada na elaboração de planos de adaptação às mudanças climáticas, dado que grupos vulneráveis, como mulheres e pessoas negras, são os mais afetados por eventos climáticos extremos.

Foi decidido que o conceito de racismo ambiental deve ser integrado às diretrizes do plano, e que é necessário reforçar os dados relacionados à raça no diagnóstico para abordar adequadamente o tema.

Discussão sobre Racismo Ambiental e Inclusão de Temas Relacionados

Os participantes foram orientados a enviar sugestões de inclusão de forma clara e direta, respeitando o prazo para fechamento do documento.

Foi acordado que o tema do racismo ambiental deve ser reforçado no texto do documento em discussão.

Os participantes expressaram preocupação sobre a necessidade de não transformar o documento em um caderno teórico, evitando incluir todas as referências possíveis.

Incorporação de Dados e Conceitos no Diagnóstico

A equipe concordou em incluir o conceito de racismo ambiental no glossário e a necessidade de um quadro que aborde temas transversais no diagnóstico.

Foi levantada a preocupação sobre a necessidade de racializar os dados apresentados, especialmente em relação aos impactos observados na população brasileira.

Dados sobre Impacto Ambiental e Racialização

A ausência de dados racializados nos dados apresentados do Atlas Digital é uma preocupação, pois impede a análise do impacto racial nas questões ambientais.

Decidiu-se que será necessário incluir uma ilustração adicional para abordar a questão racial, mas isso não pode ser feito com os dados atuais do MDR.

Importância da Zona Costeira

Foi decidido modificar o título de um tópico para incluir a zona costeira, reconhecendo sua importância na discussão sobre oceanos e biodiversidade.

Eventos Climáticos Extremos

Em 2022, chuvas extremas em Recife resultaram em 138 mortes, um evento de grande magnitude na região metropolitana.

Houve um aumento de 119% na área atingida pelo fogo em 2023 em comparação ao mesmo período do ano anterior, afetando vários biomas brasileiros.

Discussão sobre dados de secas e focos de calor

A equipe menciona que episódios de seca extrema e focos de calor aumentaram significativamente desde 2018, com dados que indicam que a seca se iniciou no segundo semestre de 2023 e se estendeu por 12 meses em muitos municípios.

Foi decidido incluir um texto introdutório e uma figura na página 25 que ilustra eventos e impactos relacionados às secas e focos de calor, conforme a proposta de sistematização.

Discussão sobre Doenças Respiratórias e Queimadas

Os participantes expressam preocupação sobre a falta de dados oficiais sobre as doenças respiratórias causadas pelas queimadas, destacando que os fenômenos estão em andamento e que é necessário contar com o Ministério da Saúde para obter informações precisas.

Foi acordado que a equipe irá monitorar publicações e incorporar dados relevantes antes da publicação final, dependendo da colaboração com a doutora Agnes e o Ministério da Saúde.

Fontes de Informação e Projeções de Geração Hidrelétrica

Foi mencionado que a fonte da EPE indica a geração hidrelétrica no ano de 2022 e faz projeções sobre a criticidade dessa geração, mas a falta de referência adequada foi identificada como uma falha.

Os participantes concordaram em substituir a referência atual por uma mais adequada, baseada no planejamento setorial, e se comprometeram a incluir referências mais atualizadas nas próximas versões do documento.

Revisão de Fontes de Dados e Diagnóstico de Riscos

Foi levantada a preocupação sobre a necessidade de se ater ao diagnóstico e não incluir propostas ou sugestões que poderiam desviar o foco da análise dos riscos e vulnerabilidades.

Foi mencionado que a política de geração de energia a partir de usinas hidrelétricas com reservatórios está sendo descontinuada, o que resulta em uma redução da capacidade de reservação do país.

Decidiu-se que o texto deve se concentrar em constatações e diagnósticos, sem incluir juízos de valor sobre as fontes de energia.

Diagnóstico e Consequências

Foi acordado que uma proposta de redação para o diagnóstico será elaborada e submetida à equipe de recursos hídricos para avaliação.

A proposta de redação será revisada e retornará para a equipe para definição após a avaliação do setor de recursos hídricos.

Foi levantada a preocupação sobre a realidade do diagnóstico e a necessidade de enfrentamento das questões que surgiram nos últimos dez anos.

Impacto das Temperaturas na Eficiência

Foi mencionado que o aumento das temperaturas impacta a eficiência e aumenta a necessidade de manutenção e resfriamento dos equipamentos.

Política Nacional de Proteção e Defesa Civil

Os desastres relacionados a eventos climáticos estão se intensificando, causando danos humanos e materiais significativos, além de afetar a segurança e o bem-estar das comunidades.

Projeções indicam que eventos climáticos extremos podem levar até 3 milhões de brasileiros à pobreza extrema a partir de 2030.

A atuação governamental deve ser integrada nas políticas de ordenamento territorial, desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente e outras áreas para promover o desenvolvimento sustentável.

Arranjo Institucional e Políticas Relacionadas

Foi levantada a preocupação sobre a necessidade de incluir as políticas e arranjos institucionais nos planos setoriais, uma vez que a atuação governamental deve ser baseada na política nacional de proteção e defesa civil.

Foi decidido que as sugestões de texto seriam acatadas, visando adequar a linguagem utilizada no documento às normas e doutrinas de proteção e defesa civil.

Foi mencionado que a classificação e codificação brasileira de desastres, a COBRADE, está em processo de revisão, o que pode impactar a forma como os desastres são tratados no documento.

Atualização da COBRADE e Documentos Vigentes

Foi sugerido que, ao mencionar a COBRADE, deve-se incluir que o documento está em fase de atualização, assim como o plano nacional de proteção e defesa civil.

Análise de Risco e Classificação de Desastres

A necessidade de alinhar a terminologia utilizada no texto com as normas da cobrade e outras políticas relevantes foi levantada como uma preocupação importante para garantir a consistência e a clareza na comunicação sobre desastres.

Foi sugerido que, após a revisão do texto, os participantes poderiam contar com o apoio de um membro da equipe para verificar a consistência dos termos utilizados em relação às normas estabelecidas.

Um dos participantes se comprometeu a revisar o texto e fazer alterações necessárias para alinhar a terminologia com as normas de defesa civil, destacando a importância de fortalecer a compreensão dos termos utilizados.

Alinhamento do Plano e Integração com o TCU

Foi decidido que o texto do plano deve ser alinhado com as sugestões apresentadas, especialmente em relação ao desastre, para evitar discordâncias futuras.

Foi levantada a preocupação de que a parte do desastre no plano deve ser cuidadosamente alinhada para evitar discordâncias significativas.

Incorporação de Termos e Arranjos Institucionais

Foi expressa a preocupação de que o arranjo institucional não está sendo adequadamente referenciado nos planos setoriais, o que pode impactar a eficácia do plano.

Impactos da Ocupação Urbana e Mudanças Climáticas

A preocupação foi levantada sobre a necessidade de não incluir todo o diagnóstico dos setores na estratégia nacional, indicando um foco mais direcionado nas questões discutidas.

Discussão sobre a ocupação desordenada e seus impactos

O Speaker_09 menciona que a ocupação desordenada na zona costeira está relacionada à falta de saneamento básico e que, embora esteja no planejamento, não é bem executada.

A Daíse expressa preocupação sobre a ocupação desordenada e a questão dos territórios pesqueiros não reconhecidos, questionando se isso está sendo considerado na discussão.

Discussão sobre a Modelagem da Estratégia de Mitigação

Foi levantada a preocupação de que o custo da inação não está sendo avaliado na modelagem da estratégia de mitigação, o que pode impactar a coerência do texto apresentado.

Foi sugerido que a equipe de mitigação deve refletir sobre a inclusão do custo da inação na abordagem da modelagem, buscando uma forma de integrar essa questão nas estratégias.

Modelo de Custo e Limitações

Os participantes expressam preocupação sobre a subestimação dos custos no modelo atual, que não considera os impactos de desastres e outras variáveis importantes. Isso levanta questões sobre a validade do modelo e sua aplicação na estratégia de adaptação.

Foi acordado que o texto discutido deve ser apresentado em um box, com ressalvas sobre a subestimação dos custos, e que será encaminhado para a equipe de mitigação para avaliação de sua aplicabilidade.

Os participantes concordam em trazer o tema para discussão posterior, considerando a necessidade de evitar dados conflitantes na estratégia de mitigação e adaptação.

Discussão sobre Proposta de Box e Mitigação

Foi decidido que a proposta de box será elaborada com ressalvas, dependendo do diálogo sobre a mitigação e a relevância do tema.

Foi levantada a preocupação sobre a subestimação de valores e a necessidade de esclarecer os impactos relacionados a essa questão.

Revisão de Diretrizes e Princípios

Foi sugerido que um texto introdutório seja inserido antes da apresentação dos princípios, para melhorar a contextualização do conteúdo estratégico do plano.

Discussão sobre Princípios da Política Nacional sobre Mudança do Clima

O participante expressa preocupação sobre a clareza na adoção dos princípios da Política Nacional sobre Mudança do Clima, questionando se a adoção se refere apenas aos princípios ou à totalidade dos instrumentos legais.

Os participantes concordam em destacar os princípios norteadores da Constituição, especialmente os artigos relevantes, ao invés de simplesmente referir-se à Constituição como um todo.

Obrigações Internacionais e Princípios

Bruna expressa a preocupação de que o texto atual pode não refletir adequadamente as obrigações internacionais, sugerindo que a redação deve incluir tanto princípios quanto obrigações.

Diretrizes, Visão e Objetivos do Plano

Um participante levanta a preocupação de que a redação atual pode criar a expectativa de que todos os planos setoriais estão estruturados em torno dos temas transversais, o que não corresponde à realidade.

Promoção da Justiça Climática

Foi acordado que as diretrizes sobre justiça climática devem ser priorizadas e apresentadas antes dos quadros no texto do plano.

O orador expressa preocupação de que, se os planos não implementarem a agenda de justiça climática, será necessário rever esses planos.

Diretrizes e Planejamento

A preocupação levantada é que a ênfase excessiva em algumas diretrizes pode gerar um desequilíbrio na percepção das ações e soluções disponíveis, levando a uma interpretação errônea de que essas diretrizes esgotam as opções.

Foi acordado que a questão da ênfase nas diretrizes deve ser revisada para garantir que todas as diretrizes importantes sejam igualmente consideradas e não apenas as que estão em destaque.

Agenda de Adaptação e Redução de Vulnerabilidades

O orador expressou preocupação sobre a falta de um plano setorial específico para a agenda de mobilidade, que é considerada relevante para a adaptação e redução de vulnerabilidades socioambientais.

Foi acordado que a agenda de adaptação deve ser discutida em um tópico específico dentro do conteúdo, enfatizando a conexão com a redução de desigualdades e vulnerabilidades.

Os participantes concordaram em deslocar os textos discutidos para dar uma nova ordem de priorização, incluindo a proposta de um parágrafo sobre desenvolvimento sustentável.

Discussão sobre a Autonomia dos Ministérios e Temas de Adaptação

O orador expressou a preocupação de que a abordagem dos temas de adaptação e justiça climática deve ser coerente e integrada ao plano geral, evitando que sejam tratados de forma isolada.

Foi sugerido que a equipe deve revisar e discutir as propostas relacionadas à justiça climática e a necessidade de ajustes no texto adotado, com a intenção de voltar a esses pontos em uma próxima reunião.

Discussão sobre a Estrutura do Texto do Plano Clima

Um dos participantes expressa preocupação sobre a inclusão de questões conceituais no texto, afirmando que isso não é apropriado para o momento atual da discussão.

Os participantes concordam que a forma como o texto está estruturado precisa de ajustes para que a dinâmica apresentada esteja adequada ao conteúdo do plano clima.

Os participantes concordam em avançar com os ajustes necessários no texto, mas com a ressalva de que não devem incluir questões conceituais neste momento.

Reconhecimento do Papel Vital do Oceano

Foi decidido que a proposta de redação deve enfatizar o fortalecimento do papel vital do oceano no enfrentamento da mudança do clima, promovendo a resiliência do sistema costeiro e marinho.

Promoção da Resiliência e Papel do Oceano

Os participantes concordaram em não repetir a promoção da resiliência, focando em fortalecer o papel do oceano e da zona costeira no enfrentamento das mudanças climáticas.

Um participante levantou a preocupação sobre como integrar o novo objetivo proposto com os planos setoriais existentes, que foram construídos com base em um conjunto anterior de objetivos.

Foi sugerido que a questão da inclusão do novo objetivo nos planos setoriais deve ser um alerta para os processos de revisão desses planos.

Aumento da Resiliência Climática

Houve uma preocupação sobre se o objetivo de aumentar a resiliência climática abrange adequadamente as zonas costeiras e marinhas, e se isso está claro no texto discutido.

Foi acordado que o papel vital do oceano e da zona costeira no enfrentamento à mudança do clima deve ser fortalecido, embora a promoção da resiliência no sistema costeiro e marinho tenha sido questionada.

Objetivos Estratégicos e Metas Nacionais

Decidiu-se que a discussão sobre as metas nacionais não será abordada nesta reunião, focando-se em outros aspectos dos objetivos estratégicos.

Governança e Implementação do Plano Clima Adaptação

A falta de pactuação sobre as metas nacionais impede o tratamento adequado das mesmas, o que é uma preocupação expressa durante a reunião.

Foi decidido que o grupo técnico de adaptação será coordenado pelo Ministério de Meio e Ambiente e Mudança do Clima, e pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, com atribuições claras para supervisão e monitoramento do plano.

Os participantes concordaram em realizar reuniões trimestrais de monitoramento com os coordenadores dos planos setoriais e temáticos de adaptação, além de elaborar relatórios anuais de monitoramento e avaliação.

Governança e Monitoramento do Plano

Os participantes expressaram preocupação sobre a falta de definições claras para a participação social e a articulação federativa, o que dificulta o avanço na implementação do plano.

Foi decidido que o grupo temporário responsável pela elaboração do plano será transformado em um grupo permanente para acompanhar a implementação, embora os detalhes de como isso se relaciona com outras instâncias ainda não estejam claros.

Os participantes concordaram em que o monitoramento será periódico, mas não definiram a frequência exata das reuniões, pois precisam de mais informações sobre os planos de ação e indicadores.

Transversalização de Gênero nos Planos Setoriais

Foi proposta a criação de um grupo técnico para monitorar a transversalização de gênero nos planos setoriais e na estratégia de adaptação, visando a paridade de gênero.

Propostas e Encaminhamentos

Foi decidido que as propostas recebidas seriam revisadas e discutidas, com um prazo para o encerramento da reunião estabelecido até 12h30.

Governança Interfederativa

Os participantes foram solicitados a enviar suas contribuições por escrito após a reunião, para que possam ser incorporadas ao processo de discussão.

PAUTA Nº 5 – ENCAMINHAMENTOS.

Propostas e Encaminhamentos

Foi decidido que as propostas recebidas seriam revisadas e discutidas, com um prazo para o encerramento da reunião estabelecido até 12h30.

Governança Interfederativa

Os participantes foram solicitados a enviar suas contribuições por escrito após a reunião, para que possam ser incorporadas ao processo de discussão.

Monitoramento do Plano Nacional de Adaptação

Foi levantada a preocupação sobre a fragilidade do PNA de 2016, que precisa ser sanada para garantir um plano robusto e eficaz.

Foi proposto que o grupo de trabalho (GTT) apresente uma proposta ao SUBEX, detalhando como a participação social e o monitoramento serão implementados no plano.

Alinhamento de Propostas com o Fórum Brasileiro de Mudança do Clima

Foi sugerido que sejam realizadas reuniões com o Fórum Brasileiro de Mudança do Clima para alinhar propostas de texto e sistematizar as contribuições recebidas.

| O participante expressa preocupação sobre a inserção das diretrizes do Plano Clima no documento, questionando se o local atual é o mais apropriado para essa referência.

Diretrizes do Plano Clima

Foi decidido que as diretrizes do Plano Clima devem ser mais enfatizadas no texto para evitar confusões sobre sua aplicação nos níveis estaduais e municipais.

Os participantes concordam em revisar a página 45 do documento para garantir que as diretrizes do Plano Clima sejam claramente apresentadas e observadas

Capacidade Adaptativa dos Municípios

Os participantes expressaram preocupação sobre a interpretação dos dados de capacidade adaptativa, alertando que a informação deve ser contextualizada e não generalizada para todos os tipos de riscos.

Planejamento da Reunião

Foi proposto que a próxima reunião seja de dia inteiro para finalizar o documento, com a intenção de esclarecer dúvidas e alinhar textos antes da reunião final.

Foi decidido que a próxima reunião deve ser agendada para um dia inteiro, embora um dos participantes expressou que não seria possível alocar mais de meio turno devido a outras obrigações.

Agendamento de Reuniões Bilaterais

Os participantes concordam em realizar reuniões bilaterais até terça-feira para discutir e ajustar propostas antes do fechamento das discussões.

Estratégia para Reunião do Dia 27

Foi decidido que a reunião do dia 27 deve focar nos pontos que não tiveram consenso, com a expectativa de que haja interação durante a semana para ajustes.

Ajuste de Horário para Reuniões

Foi acordado que a reunião de sexta-feira começará às 8h e irá até às 12h30, com o objetivo de ganhar mais tempo para as discussões.

Os participantes foram incentivados a se encontrar e buscar conversas bilaterais com outras partes para aprimorar a proposta em andamento.

FIM DA REUNIÃO